

Apresentação

RESISTÊNCIA NA LITERATURA BRASILEIRA CONTEMPORÂNEA

Esta edição de *Miscelânea* publica estudos sobre obras literárias que buscam refletir sobre os desdobramentos traumáticos decorrentes do contexto ditatorial brasileiro (1964-1985). De acordo com o livro *A literatura como arquivo da ditadura brasileira*, de Eurídice Figueiredo (Rio de Janeiro: 7Letras, 2017), foram publicados, a partir de 1964, romances de visada utópica ou distópica, relatos autobiográficos, romances alegóricos e de testemunho e, mais recentemente, romances “de maior depuração mesmo ao tratar do trauma dos desaparecidos” (2017, p. 48). Os artigos aqui reunidos são dedicados principalmente a essa produção de maior acabamento temático e formal, possibilitada pelo distanciamento temporal, que torna as obras menos datadas e, por isso, mais contundentes na abordagem dos traumas vividos.

A proposta inicial do dossiê sugeria a comparação com o tratamento dado à questão em outros países do Cone Sul com experiência repressiva similar na mesma época, mas isso não se efetivou na prática porque os textos submetidos se concentraram no corpus brasileiro. A Argentina se faz presente com as obras de Paloma Vidal e Julián Fuks, filhos de exilados argentinos que tematizam em seus romances essa experiência dos pais, ao mesmo tempo que se colocam no entre-dois, entre dois países e duas pertenças.

A grande quantidade de títulos sobre o tema publicados nos últimos anos indica que a literatura está tentando contribuir para fazer um trabalho de memória que a sociedade não fez até agora. O momento político pede uma reflexão sobre a permanência da violência policial, a crise dos valores democráticos, com a depreciação da política e certa nostalgia do passado ditatorial.

Embora a proposta privilegiasse a produção mais recente, uma contribuição sobre *Zero*, romance de Ignácio de Loyola Brandão publicado em 1974, integra o dossiê, apontando para a atualidade do romance. Seu autor, Erorci Ferreira Santana, retoma o conceito de utopia a partir do modelo

criado por Thomas More ao se inspirar na sociedade injusta da Inglaterra do século XVI. Esse modelo parece ter-se desenvolvido na prosa de ficção pós-moderna em representações de sociedades cujos governos autoritários tanto reificam ou exterminam os atores sociais quanto os devolvem a um estado de barbárie que se abre para todas as formas de violência. A razão da preeminência das representações realistas distópicas parece ser o recrudescimento do capitalismo e a ascensão dos governos totalitários no século XX, vistos na dimensão tanto do controle absoluto da vida dos indivíduos promovido pela experiência comunista quanto da supressão das garantias individuais no estado de exceção fascista. Desse modo, o autor comenta a reapropriação poética que faz Loyola Brandão ao apresentar um discurso contraideológico marcado pelo humor e pelo sarcasmo.

O artigo de Everardo Cantarino, “Vigilância e loucura: um estudo de contos de Modesto Carone”, analisa dois contos do escritor, “As faces do inimigo” e “Desentranhado de Schreber”, do livro *Por trás dos vidros* (2007). Escritos em diferentes momentos históricos – na ditadura civil-militar pós-1964 e no período mais recente da vida política brasileira, chamado de democrático –, ambos têm como cenário a opressão. A vigília e a loucura são linhas de força, tendo em vista que ambos tratam de experiências de ruptura do sujeito com suas referências sociais, evidenciando no projeto estético de Modesto Carone o seu viés político e ideológico que denuncia o *status quo*, sem se render a jargões e facilidades.

Rosicley Andrade Coimbra, em “O trabalho do luto e a rasura da história em *Mar azul*, de Paloma Vidal”, aborda o romance publicado em 2012 pela escritora nascida na Argentina, cujos pais se exilaram no Brasil durante a ditadura. O artigo parte da ótica da literatura pós-ditatorial e seus pressupostos: trabalho do luto e rasura da história. *Mar azul* é uma narrativa cujo ponto central é a memória traumática transformada em impulso repetitivo. Três situações impactantes marcam a vida da narradora: o exílio/ausência do pai, a violência sexual sofrida na adolescência e o desaparecimento da amiga. A narrativa se constrói com fragmentos de lembranças que teimam em voltar à mente da narradora. A tensão criada por esse esforço tenta se equilibrar na leitura de alguns cadernos deixados pelo pai. Ao escrever no verso das folhas, a narradora rasura a assinatura do pai, criando um palimpsesto. O resultado continua fragmentado, mas a ausência, o trauma e a perda encontram na escrita uma forma de esquecimento ativo.

Francielli Noya Toso e Fabíola Simão Padilha Trefzger, em “Autoficção e memória social em o *Irmão alemão*, de Chico Buarque”, abordam o romance de 2014 que parte da experiência pessoal do autor, ao descobrir a existência de um meio-irmão na Alemanha, para tratar do

ambiente asfíxiante em que se vivia durante a ditadura. A violência exercida pelo Estado deixou tensões sociais difíceis de serem resolvidas, que foram, entretanto, politicamente apagadas do debate público. Portanto, tendo em vista esse problema histórico e ético, o artigo busca ler a narrativa de Chico Buarque como arquivo cultural da ditadura, inserindo o romance no rol de obras literárias que problematizam um episódio traumático da história brasileira, que foi o golpe de 1964, com suas consequências para uma democracia instável no presente.

Já Andrea Saad Hossne, em “Espaço negativo: Intimidade, memória e história em dois romances brasileiros recentes”, analisa as obras *Ainda estou aqui* (2015), de Marcelo Rubens Paiva, e *A Resistência* (2015), de Julián Fuks, mostrando os modos como o contexto ditatorial recente se entretece com a dimensão íntima e com o trauma familiar, conjugando memória, história e narrativa. Ainda que apresentem pontos em comum com outras obras brasileiras contemporâneas às voltas com a mesma matéria histórica, formalizam-na, de maneiras distintas e próprias, na aproximação com a fotografia, em que se destaca o conceito de “espaço negativo”, e no diálogo com o conceito de narrativa de filiação criado pelo crítico francês Dominique Viart. Os dois autores rememoram as histórias de vida de seus pais, atingidos pelas ditaduras: de um lado, Rubens Paiva, assassinado dentro da sede da Polícia no Rio de Janeiro, de outro, o casal Fuks, ameaçado pela repressão e obrigado a deixar a Argentina.

O artigo de Flávio Pereira Camargo, Célia Aparecida Ribeiro Rodrigues e Ronaldo Soares Farias, “Um grão de valentia: violência e trauma em *Cabo de guerra*, de Ivone Benedetti”, discute a violência e o trauma a partir da trajetória do protagonista, cujo nome não é revelado, de identidade fragmentada e marcado por traumas desde a infância. Tendo também como foco a repressão perpetrada pela ditadura militar no Brasil, o romance difere dos demais ao dar voz à figura do “cachorro”, delator que entregava os seus companheiros. Como o enredo compreende os anos de 1968 a 2009, os “fatos” trazidos pela memória (re)surgem entre presente e passado, muitas vezes impossíveis de cindir.

Rejane Pivetta de Oliveira e Cláudia Luiza Caimi, em “Os desaparecidos do Araguaia: memória e catarse conciliatória em *Palavras cruzadas*, de Guiomar de Grammont”, analisam o romance que narra episódios da Guerrilha do Araguaia a partir de um vasto arquivo de fontes e testemunhos. Como arquivo, o romance aposta na busca do traço desaparecido, compondo um palimpsesto de memórias, não para reconstituí-las integralmente, mas para reinscrever novos significados e possibilidades de existência. O artigo examina o modo como a obra reconstitui os rastros do que

desapareceu ou está prestes a desaparecer, sob a hipótese de que, nesse processo de figuração, oscila entre o dever de memória, implicado na tarefa de investigação das zonas obscuras do passado, e a proposta de catarse conciliatória, apaziguadora de tensões políticas e da reivindicação por justiça.

O artigo “Diário, memória e ditadura em dois romances de Milton Hatoum”, de Cloves da Silva Junior, Luiz Gustavo Osório Xavier e Renata Rocha Ribeiro, analisa *A noite da espera* (2017) e *Pontos de fuga* (2019), os primeiros da trilogia anunciada pelo autor. A partir da utilização da escrita diarística e do recurso à memória, Hatoum narra eventos ocorridos durante a ditadura civil-militar brasileira e observa as rupturas ocorridas nas famílias dos personagens, provocadas pela polarização político-ideológica. Com a análise dos romances, evidencia-se que a utilização do diário permite que o narrador-protagonista reelabore seus registros e reavalie as memórias dos eventos ocorridos no Brasil durante o período ditatorial.

Os quatro artigos seguintes abordam a obra, agora já bastante extensa, de B. Kucinski, que começou a publicar ficção em idade avançada, após sua aposentadoria. Kucinski causou impacto com seu primeiro romance, que tocava na ferida familiar representada pelo desaparecimento de sua irmã, Ana Rosa. Paulo Roberto Tonani do Patrocínio analisa esse romance em “Como narrar o horror da ditadura civil-militar brasileira? Uma leitura de *K.: relato de uma busca*, de B. Kucinski”. O artigo parte das contribuições críticas do escritor argentino Ricardo Piglia, apresentadas no ensaio *Tres propuestas para el próximo milenio (y cinco dificultades)*, buscando evidenciar as estratégias narrativas adotadas por Kucinski para representar os episódios violentos protagonizados pelos agentes e órgãos de repressão durante a ditadura civil-militar brasileira. A questão fundadora da investigação crítica é compreender quais recursos de linguagem são utilizados pelo autor para narrar o horror e não apenas informar sobre ele, conforme postula Ricardo Piglia.

Luciana Paiva Coronel aborda o mesmo romance em “A ficção no labirinto da história: Memória e resistência em *K.*, de Kucinski”. Ao discutir as relações entre literatura e história, a autora põe em foco os expedientes narrativos variados que mesclam na trama circunstâncias históricas e fictícias, de modo a representar o labirinto das arbitrariedades da ditadura. Para fazer isso, ela apela também para a comparação com obras de Franz Kafka, em que aparece a mesma sensação de incompreensão, de arbitrário, de impasse. Diante da impossibilidade de entender de que se é acusado, o personagem acaba se sentindo culpado, ainda que seja vítima. O artigo postula, a partir de Figueiredo (2017), que o autor, ao ficcionalizar um drama familiar, faz da literatura arquivo de uma etapa da história brasileira

obscurecida no imaginário nacional, instância privilegiada de resistência ao esquecimento.

Flora Viguini do Amaral, em “*Os visitantes: autoficção, resistência e ética na novela de B. Kucinski*”, analisa a obra em que o autor-narrador dialoga com visitantes imaginários que comentam seu romance *K*. Um tanto ressentido com a falta de repercussão do romance, ele recebe em seu apartamento a visita de pessoas que o questionam a respeito da veracidade do que fora narrado, ao que o escritor responde dizendo: “É ficção”. Alguns o recriminam por suas afirmações, pela imagem criada da irmã morta, pelas críticas àqueles que denunciaram os companheiros sob tortura, não faltando o fantasma do pai, que vem admoestá-lo. Assim, Kucinski utiliza certa dose de humor em sua narrativa autoficcional, mas sem deflagrar o riso, criando uma reflexão ética sobre a postura de personagens que esconderam, expuseram ou recontaram – independentemente dos lados – a história da repressão e dos anos de chumbo da ditadura militar.

Weverson Dadalto e Fabíola Simão Padilha Trefzger, em “A permanência do passado e o silenciamento das vítimas do autoritarismo em *A nova ordem*, de Bernardo Kucinski”, abordam esse romance distópico cujo ponto de vista narrativo privilegia os líderes de um regime político totalitário instalado no Brasil; pouca ou nenhuma voz é concedida aos sujeitos aniquilados pelo estado de exceção. Essa escolha narrativa parece contrastar com a obra ficcional anterior do autor, na maior parte relacionada à memória das vítimas da ditadura militar brasileira. A partir dessa constatação inicial, discutem a relação entre narração ficcional, por um lado, e elaboração do passado, crítica do tempo presente e perspectivas de futuro, por outro. Observada a permanência do autoritarismo e da violência no Brasil, o que resulta no silenciamento dos grupos minoritários e das vozes políticas de resistência, o artigo demonstra como a distopia propõe um cenário ficcional que projeta para o futuro as possíveis consequências das tendências fascistas observáveis no presente.

O número da revista que se iniciou com o conceito de utopia, a partir de Thomas More, se fecha com o conceito de distopia nessa narrativa de Kucinski, que reflete a desilusão e o pessimismo de uma geração que lutou contra a ditadura e constata que o Brasil parece não ter memória, justamente porque não reviu a lei da anistia, não puniu torturadores e assassinos, não exigiu pedido de desculpas das Forças Armadas (em especial do Exército) pelos desmandos cometidos. Como Kucinski afirma, o país parece ser amnésico, não promoveu e não promove debate público em que se possa passar a limpo o passado, em que se possa avançar na promoção de mais liberdade e democracia. A literatura, ao criar situações e personagens que

vivem e sofrem as torturas, as injustiças, as desigualdades sociais e as perdas, ao elaborar o luto, ao criar empatia com os leitores, resgata em parte essa memória, constituindo, assim, um arquivo disponível ao público interessado em saber mais. A reflexão possibilitada pela leitura pode promover, se não as mudanças sociais almejadas, pelo menos um desejo de resistir aos imperativos do autoritarismo e da dominação.

Benedito Antunes (UNESP)

Eurídice Figueiredo (UFF)

Sandra Assunção (Université Paris Nanterre)